

Migrações massivas



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Há cerca de 30 anos, ouvi uma declaração que, hoje, reconheço como uma autêntica profecia. Estava numa reunião do InterAction Council, fundação criada pelos japoneses e alemães para atuar, no tempo da Guerra Fria, como intermediadora de conflitos entre as grandes potências, formada por ex-chefes de Estado e de governo, com apenas 40 membros, entre os quais apenas dois da América Latina — eu e De la Madrid, do México. Naquele encontro, realizado na cidade do México, ainda estavam vivos Fukuda, do Japão, grande estadista, muito influente no mundo àquele tempo; Gerald Ford, ex-presidente dos Estados Unidos; e Helmut Schmidt, ex-chanceler da Alemanha, cargo que corresponde ao de chefe de governo.

Foi justamente Helmut Schmidt, o mais eloquente orador que ouvi entre meus homólogos, quando eu era presidente, que antecipou, naquela reunião, que duas coisas ameaçavam o futuro da humanidade, o que, como uma confirmação da marca inequívoca dos grandes oradores, hoje se concretiza: as doenças desconhecidas e as migrações massivas.

Realmente, já enfrentamos a ameaça da covid-19, com a inexistência de remédios, a luta universal para chegar à descoberta de vacina e o negacionismo de alguns loucos. Mesmo assim, chegamos a um final feliz, embora com alguns milhões de mortos no mundo inteiro.

Mas agora assistimos, estarecidos, ao desespero de 80 mil marroquinos que, enganados pelas falsas notícias de que a fronteira com Ceuta, fronteira da Europa com a África, estava aberta com a Espanha, se jogaram ao mar para fazer a travessia de 600 metros: ocorreram cerca de 20 mortes.

Essa região, uma passagem estratégica entre o Atlântico e o Mediterrâneo, tem sido, ao longo dos séculos, motivo de muitas guerras. E foi numa delas, na Batalha de Alcácer-Quibir, que desapareceu Dom Sebastião, que veio, segundo a lenda portuguesa, encantar-se na Praia dos Lençóis, na Ilha dos Lençóis, no Maranhã.

Pelo nosso testemunho, presenciamos o início das previsões de Helmut Schmidt. A Europa está vivendo o problema mais agudamente, com a invasão africana dos países outrora colônias europeias, que agora exportam muitos dos seus habitantes para os países desse continente. Isso o mundo viu na última Copa de Futebol nos Estados Unidos, em que a maioria dos jogadores dos times europeus era africana. Até, para surpresa, o goleiro do Japão era de origem africana.

Nós, aqui no Brasil, estamos livres das migrações massivas desordenadas. Eu sempre afirmo que temos uma posição privilegiada de integração e diplomacia em relação a muitos países do primeiro mundo, pois já resolvemos questões com que eles ainda lidam com grande dificuldade. Não temos fluxo de migrações massivas e desordenadas de outras regiões, nem ameaça delas; temos uma tradição de convivência pacífica entre religiões, sem os conflitos teocráticos cruéis, que estão na base da maioria das guerras localizadas atuais; não temos litígios territoriais de fronteira que ainda existem na Europa, nos Estados Unidos, onde o presidente Trump tem a obsessão por construir muros, como ocorre na fronteira com o México, e também a necessidade de ter um exército para combater imigrantes, o ICE, de triste fama, matador de

americanos protetores de imigrantes e de imigrantes, inclusive com a morte de um brasileiro, também vítima do ICE.

É que, na nossa América Latina, temos uma cultura de paz. Somos o continente mais pacífico da face da Terra. Nossa última guerra foi a do Paraguai — uma guerra que lamentamos por suas perdas, pela violência extrema do desfecho, pelo massacre do povo vizinho e por seu custo social e financeiro — e, depois dela, há quase um século, a do Chaco, que opôs Bolívia e Paraguai em um duro e sangrento conflito fronteiriço.

Para mostrar a nossa vocação de paz, particularmente do Brasil, temos a exigência em nossa Constituição de que a nossa política deve ser sempre de negociação, nunca de violência. Agregamos uma decisão recente, assinada por mim e pelo presidente Alfonsín, de encerrarmos a corrida nuclear que existia entre o Brasil e a Argentina, baseada na tese dos países comunistas de que quem tiver uma arma nuclear terá um status de grande potência e será por elas respeitado.

O Brasil e a Argentina estavam nessa direção. Foi então que a redemocratização possibilitou o fim dessa corrida, tirando nossos países desse perigo. A divergência que sempre tivemos com a Argentina estava baseada numa tese falsa de que quem dominasse a Bacia do Prata dominaria a América do Sul.

Não queremos ser uma potência nuclear, porque seria um suicídio, mas, sim, uma potência econômica, uma potência cultural, uma potência de convivência racial, religiosa e política, influenciando mundialmente na paz e pela paz.

Repito, uma vez mais, que, com nossa decisão pacifista, minha e de Alfonsín — que me chamou de "estadista da América", e eu a ele dei o mesmo reconhecimento —, de banir das nações sul-americanas as armas nucleares, contribuímos para a paz da humanidade, que há de lembrar que fomos pioneiros em considerar que, enquanto existir uma única arma nuclear, o mundo não dormirá tranquilo.

Trabalho e Previdência: desafios para 2027



» JOSÉ PASTORE
Professor aposentado
da Faculdade de Economia
da Universidade de
São Paulo (USP)

Hoje, cerca de 85% dos recursos da Previdência Social são oriundos do trabalho de empregados contratados formalmente com base na CLT. Ocorre que, uma parcela crescente desse grupo de trabalhadores começa a ser afetada pela entrada de novas tecnologias no ambiente de trabalho.

O impacto das novas tecnologias é bastante variado. Algumas apenas transformam o modo de trabalhar e exigem um aprendizado de novas habilidades para as pessoas continuarem como empregadas, e recolhendo contribuições para a Previdência Social. Outras, porém, substituem as habilidades humanas por soluções tecnológicas, como é o caso da inteligência artificial.

Em várias áreas, a IA vem tomando o lugar dos profissionais júnior que até pouco tempo serviam de suporte para contadores, advogados, pesquisadores, analistas de dados e outros. Nesses casos, uma boa parte dos que são despedidos deixa de trabalhar como empregado e passa a se dedicar a outras atividades, sem vínculo empregatício e de modo informal.

A parcela de pessoas que trabalham dessa maneira (39% da força de trabalho) é preocupante, pois, além de nada contribuírem para a Previdência Social, prosseguem em suas vidas sem nenhuma proteção trabalhista ou previdenciária, transformando-se numa verdadeira bomba relógio para a assistência social no final dos seus anos.

Muitos profissionais mais qualificados, igualmente, afastam-se do vínculo empregatício da CLT e passam a trabalhar como pessoas jurídicas (PJs) que também não contribuem para a Previdência Social. Nesse caso, entram não apenas os que são deslocados pelas novas tecnologias, mas também profissionais que prestam serviço nos campos de atendimento pessoal, cuidadores, personal trainers, artesãos, reparadores, professores e outros.

Além disso, a baixa taxa de fecundidade está entregando um grupo de jovens cada vez menor para ingressar na força de trabalho, o que, igualmente, afeta a receita da Previdência Social.

Como se vê, a CLT e a demografia vêm se tornando uma cobertura muito porosa, o que conspira contra as necessidades de recursos da Previdência Social, sem esquecer ainda da parcela de jovens que rejeita trabalhar como celetistas sob chefias e programas de metas que são comuns nas empresas de hoje.

Ao lado de todos esses grupos, há uma parcela imensa de empregados que ficam na informalidade pela simples razão de os empregadores não poderem honrar os encargos sociais de mais de 100% que incidem sobre os salários de cada celetista.

Isso tudo mostra que uma nova reforma da previdência é urgente para enfrentar questões que não podem ser adiadas: (1) Como ampliar a base de arrecadação da Previdência Social?; (2) Como buscar novas bases — além da CLT — para alimentar os programas de previdência e assistência social?; (3) Como estabelecer diferentes formas de arrecadação por faixas de rendimento ou por atividade laboral, em especial, as que caminham celeremente para o trabalho autônomo?; (4) Como combinar o sistema de repartição com o de capitalização?

Os candidatos à Presidência e ao Congresso Nacional estão fugindo desse debate. Mas terá de ser encarado já em 2027, pois o atual nível de precarização do trabalho já é assustador e a velocidade de entrada de novas tecnologias nas atividades humanas é estonteante.

Além da reforma previdenciária, o Congresso Nacional terá de dar uma resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF) no que tange à elaboração de uma lei que "proteja os trabalhadores em face da automação", como exige o Inciso XXVII do artigo 7º da Constituição de 1988. O STF deu um prazo de 24 meses — que se encerra em meados de 2027 — para os parlamentares produzirem esse diploma legal. Isso envolve uma complexidade monumental, pois, ao mesmo tempo que se protege o trabalho, será preciso garantir o avanço tecnológico das empresas. Como fazer essa proteção? Indenizando o empregado que perde o emprego? Penalizando a empresa que adota tecnologia? Requalificando os trabalhadores para outras profissões? Mas, de que forma? Feito por quem? Com que garantia que eles encontrarão emprego para as suas novas habilidades?

Ou seja, estamos diante de duas demandas urgentes: a reforma da Previdência Social e o cumprimento da Ação Direta de Omissão (ADO 73) determinada pelo STF para que o Brasil encontre um modo de avançar tecnologicamente, protegendo os seus trabalhadores.

Esses são os desafios que o novo governo terá de enfrentar para os quais será necessário muito preparar e bastante diálogo. E isso terá de ser em 2027, que não é ano eleitoral.



O momento do México e do Brasil



» ROBERTO VELASCO ÁLVAREZ
Secretário de Relações Exteriores
do México

Namanhã de 6 de agosto, reuni-me, em nome da presidenta Claudia Sheinbaum, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Coincidimos em um ponto central: é momento de levar a colaboração entre nossos países a um novo nível. Nesse mesmo dia, realizou-se a sexta reunião da Comissão Binacional México-Brasil, três anos após a quinta, em um intervalo que transformou a ordem internacional.

O Brasil e o México são as duas maiores economias e as das nações mais populosas da América Latina e do Caribe. Concentramos cerca de 60% do PIB regional, figuramos entre as 15 maiores economias do mundo e fazemos parte do G20. Essa dimensão implica responsabilidade compartilhada diante dos desafios de nosso tempo: combater a pobreza, a desigualdade e as mudanças climáticas, defender a democracia e preservar o multilateralismo.

Em matéria energética, a cooperação entre a Pemex e a Petrobras avança com base no memorando assinado em junho, que abriu uma agenda de intercâmbio técnico, tecnológico e regulatório em exploração, produção e transformação de hidrocarbonetos. Soma-se a isso uma cooperação crescente em biocombustíveis, área na qual o México aprenderá com a experiência brasileira.

Nossos governos compartilham uma convicção: a soberania energética e o desenvolvimento econômico devem avançar de mãos dadas com o combate às mudanças climáticas e com soluções baseadas na natureza. O Brasil demonstrou isso em novembro passado, quando sediou, em Belém, a COP30, a primeira conferência climática das Nações Unidas realizada na Amazônia. Dela resultaram compromissos sobre adaptação, proteção florestal e combustíveis sustentáveis. O México chegou a esse encontro com uma Contribuição Nacionalmente Determinada renovada.

Segundo o Banco do México, no primeiro semestre deste ano, nossas exportações para o Brasil cresceram cerca de 33%, e ambos os governos concordaram em ampliar o intercâmbio e os investimentos. O memorando de ciência, tecnologia e inovação assinado nesse mesmo dia abre caminho para o trabalho em inteligência artificial, semicondutores e computação quântica.

O Brasil convidou o México a integrar o Centro Latino-Americano de Biotecnologia, e o México convidou o Brasil a integrar a Agência Latino-Americana e Caribenha do Espaço. A cultura segue o mesmo caminho: a nova sede do Instituto Guimarães Rosa abrirá suas portas no México, junto ao Instituto Matías Romero, para ensinar português aos nossos funcionários e funcionárias.

Diante de um momento complexo na ordem internacional, México e Brasil compartilham uma mesma visão: diplomacias a serviço dos povos — e do nosso planeta — e uma ordem internacional sustentada no direito, que se aplique igualmente a todos e todas. Daí nossa defesa do multilateralismo, do direito internacional, da não ingerência e da

igualdade jurídica dos Estados; o impulso a uma reforma das Nações Unidas à altura do nosso tempo; e o compromisso de preservar a América Latina e o Caribe como a Zona de Paz proclamada pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Nesse mesmo espírito, o México apoia a candidatura de Michelle Bachelet à Secretaria-Geral das Nações Unidas.

Essa visão compartilhada tem expressões concretas. O Brasil assumiu a representação dos interesses do México no Peru enquanto durou a ruptura: um gesto que agradecemos e que honra a melhor tradição da vizinhança latino-americana.

O passo seguinte é transformar esse momento em uma arquitetura duradoura: transitar do diálogo bilateral para uma parceria estratégica de longo prazo, medida em resultados concretos. Cadeias regionais de valor em biocombustíveis, indústria aeroespacial, farmacêutica e minerais estratégicos; autossuficiência sanitária; capacidades espaciais próprias; posições compartilhadas no G20 e nos sistemas interamericano e das Nações Unidas.

Antes de receber o Prêmio Nobel da Paz, Alfonso García Robles foi embaixador do México no Brasil e se tornou o principal artífice do Tratado de Tlatelolco, acordo que fez da América Latina e do Caribe a primeira região habitada do planeta livre de armas nucleares.

Tlatelolco foi uma conquista regional e uma contribuição latino-americana para a ordem mundial, feita por países armados com o poder da diplomacia e do direito internacional. Esse é o padrão histórico que hoje reafirmamos: o momento do México e do Brasil não será medido pelo que alcançarmos internamente, mas pelo que a região — e o mundo — receberem de nós.